



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

## I – INTRODUÇÃO

1. Nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis, a Comissão de Fiscalização (CF) emite o presente relatório sobre a sua acção fiscalizadora e parecer sobre os relatórios e contas individuais e consolidados da CP — Comboios de Portugal, E. P. E. e propostas, apresentados pelo respectivo Conselho de Administração (CA), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

As contas individuais foram elaboradas de acordo com o SNC e nas contas consolidadas foram aplicadas as IFRS/IAS/IFRIC em virtude da CP ter títulos cotados no mercado regulamentado luxemburguês.

Em 01/3/2013 entrou em funções o novo elenco do CA, composto por quatro membros, um presidente, um vice-presidente e dois vogais, nomeados pela Resolução n.º. 6-A/2013, publicada no DR, 2.ª série, de 28/2/2013.

As contas individuais foram apresentadas pelo CA cessante, em 21/02/2013, e as contas consolidadas pelo atual CA.

2. Como factos relevantes ocorridos na vida da Empresa em 2012 destacam-se os seguintes:
  - Continuação da quebra da procura global a nível nacional;
  - Resultado líquido consolidado negativo de 223,5 milhões de euros;
  - Resultados financeiros consolidados negativos de 196,6 milhões de euros;
  - Resultado Operacional consolidado negativo de 26,5 milhões de euros, devido em grande parte ao contributo negativo das atividades de manutenção e conservação de material circulante (resultado operacional de -44,5 milhões de euros) e do transporte de passageiros de longo curso, internacional e regional (resultado operacional de -15 milhões de euros), mitigado pela reversão de imparidades em 2012;
  - Reversão de imparidades, no valor de 40,6 milhões de euros, devido essencialmente ao acordo alcançado com o Ministério da Defesa na

SA  
AC

liquidação da dívida histórica relativa a transporte de militares, mediante desconto significativo do respetivo valor;

- Total de empréstimos consolidados de cerca de 3,8 mil milhões de euros no final de 2011, dos quais cerca de 1,5 mil milhões de euros são de curto prazo;
- Capital Próprio consolidado negativo de cerca de 3,2 mil milhões de euros em 31/12/2012;

## II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A CF reuniu pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, à Inspecção-Geral das Finanças e ao CA da CP.

No decorrer do exercício de 2012 a CF acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o CA, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.

Foram analisadas as actas das reuniões do CA, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2013 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas individuais e consolidadas da Empresa e os correspondentes relatórios de gestão foram objecto de exame pelo Revisor Oficial de Contas que integra a CF, bem como por auditores externos. Em conformidade com a legislação aplicável o Revisor Oficial de Contas da CP emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, as competentes certificações legais das contas individuais e consolidadas, sem reservas e com ênfases relacionadas com a continuidade da CP, por apresentar capital próprio fortemente negativo no atual contexto de crise, e com a mensuração e classificação dos ativos não correntes detidos para venda. A certificação legal das contas consolidadas inclui ainda uma ênfase respeitante ao impacto da recente deliberação do Tribunal Constitucional sobre subsídio de férias. A Comissão de Fiscalização exprime a sua concordância com o conteúdo das referidas certificações legais das contas.



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

### III – APRECIÇÃO DOS RELATÓRIO E CONTAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADOS

1. Parece-nos que os relatórios de gestão individuais e consolidados estão em consonância com as contas individuais e consolidadas do exercício e cumprem na generalidade quanto ao seu conteúdo os preceitos constantes do Código das Sociedades Comerciais, relatando os aspectos essenciais da sua actividade no exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.
2. O relatório anual elaborado no âmbito de prestação de contas individuais, além da informação económica e financeira, contém ainda outros elementos informativos, tais como o relato sobre o governo da sociedade e a análise da sustentabilidade da Empresa nos domínios económico, social e ambiental, e satisfaz na generalidade o disposto no artigo 13.º-A do Decreto-Lei 558/99, de 17/12, aditado pelo Decreto-Lei 300/2007, de 23/8.
3. Os anexos às demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, cumprem igualmente o disposto nos artigos 66º.-A e 508º-F do Código das Sociedades Comerciais.
4. A Empresa cumpriu na generalidade as medidas legais e as orientações tutelares direccionadas ao SEE, nomeadamente, de redução de gastos operacionais e de redução remuneratória nos termos previstos na Lei do OE2012, conjugada com a Lei do OE2011, cujos resultados se consubstanciam na evolução positiva do resultado operacional acima evidenciada.
5. O CA propõe, no relatório individual de gestão, que o Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 - défice de 223.589.401 Euros - seja transferido para a conta de Resultados transitados.
6. No que se refere a actividade principal da CP é de realçar o seguinte:
  - a) Os indicadores da procura referidos no Relatório do CA, mostram, pelo segundo ano consecutivo, uma diminuição global muito acentuada, que se traduziu em evoluções negativas de cerca de 11,4% em passageiros (P) e 8,2% em passageiros quilómetro (PK) e, conseqüentemente, um aumento modesto de apenas 0,4% nos proveitos de tráfego, não obstante os aumentos tarifários ocorridos em 2012.

- 
- b) Aquelas evoluções negativas foram comuns a todas as unidades de negócio em termos de P e PK, com destaque dos serviços suburbanos de Lisboa e regional.

7. Em relação às **contas individuais**, elaboradas de acordo com o SNC, salientamos os seguintes factos:

- a) A CP regista um prejuízo de 223,6 milhões de euros no exercício de 2012, o qual diminuiu 65,5 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior (prejuízo de 289,1 milhões de euros), devido essencialmente à adoção de medidas de redução remuneratória determinadas pela Lei do OE2012 e à redução de efetivos (poupança de 24,5 milhões de euros) e à reversão de imparidades de créditos de cobrança duvidosa (40,6 milhões de euros), com destaque para o acordo alcançado com o Ministério da Defesa, em 27/11/2012, que permitiu a regularização do crédito emergente da isenção concedida aos militares na utilização do transporte ferroviário, no valor de cerca de 38 milhões de euros, pendente desde 2001. Nos termos do referido acordo, a CP concedeu um desconto de 8 milhões de euros, tendo recebido cerca de 30 milhões de euros.
- b) A empresa não detém derivados (swaps de cobertura de taxa de juro) potencialmente favoráveis, mas apenas desfavoráveis, cujo justo valor foi estimado em cerca de 135,2 milhões de euros (menos 15,6 milhões de euros em relação a 2011, mas em contrapartida o cancelamento unilateral por parte do banco, ocorrido em 2012, do derivado potencialmente favorável, gerou uma perda líquida de 3,8 milhões de euros na variação do justo valor de derivados).
- c) O EBITDA, sem o efeito da variação do justo valor dos derivados, é positivo em cerca de 40 milhões de euros (valor negativo de 14,2 milhões de euros em 2011), para o qual contribuíram expressivamente os ganhos obtidos com a reversão de imparidades por créditos de cobrança duvidosa. O EBITDA é influenciado negativamente pelos défices das atividades de transporte regional de passageiros e de transporte de mercadorias, pela via do reconhecimento neste caso dos prejuízos da CP Carga (cerca de 19,2 milhões de euros em 2012).
- d) A nível dos gastos de funcionamento destaca-se a diminuição de 22,7% (menos 24,5 milhões de euros) nos Gastos com o pessoal e um aumento de 1,4% (mais 2,3 milhões de euros) em Fornecimentos e serviços externos. No primeiro caso, teve um impacto muito significativo a



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

aplicação das medidas de redução remuneratória previstas na Lei do OE2012 e o pico do valor das indemnizações ao pessoal em 2011 por rescisão de contratos individuais de trabalho por mútuo acordo (os Gastos com o pessoal, excluindo indemnizações, diminuem cerca de 12,1 milhões de euros, ou seja -13,1%,). O aumento de Fornecimentos e serviços externos é devido essencialmente ao aumento das tarifas de utilização da infraestrutura ferroviária (10,6 milhões de euros) e de energia elétrica (2,2 milhões de euros).

- e) A Empresa apresenta um capital próprio negativo de aproximadamente 3 mil milhões de euros, associado a um passivo de 4 mil milhões de euros, dos quais 3,6 mil milhões de euros dizem respeito a empréstimos obtidos.
- f) O programa de investimentos em 2012 confinou-se praticamente à manutenção das condições de segurança e fiabilidade do material circulante, tendo sido realizados cerca de 17,3 milhões de euros, dos quais cerca de 90% dizem respeito a material circulante e 9% a equipamento comercial. Parte destes investimentos foram financiados pelo PIDDAC (1,9 milhões de euros) e pelo QREN (0,2 milhões de euros).

8. Em relação às **contas consolidadas** do exercício findo em 31/12/2012, elaboradas de acordo com o normativo internacional aplicável (IFRS), para além dos factos acima relatados, é de realçar os seguintes aspetos:

- a) A Empresa-mãe representa cerca de 90% do balanço e 87% do rendimento integral consolidados, destacando-se a nível das subsidiárias a EMEF e a CP Carga, detidas a 100% pela CP, EPE. Além destas, integram ainda o perímetro da consolidação integral, igualmente detidas, direta ou indiretamente, pela Empresa-mãe, a Saros, a EMEF Internacional, a Fernave, a Fergráfica e a Ecosaúde.
- b) A CP regista um resultado líquido consolidado igualmente negativo, em cerca de 223,5 milhões de euros, o qual diminuiu cerca de 65,9 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior (prejuízo de 289,5 milhões de euros), praticamente pelas mesmas razões atrás referidas.

Handwritten initials/signature in the top left corner.

|                               | 2011     | 2012     | Variação |          |
|-------------------------------|----------|----------|----------|----------|
|                               | Mil €    | Mil €    | Mil €    | %        |
| EBITDA consolidado            | -451     | 54.158   | 54.609   |          |
| Amort/Deprec/Imparid.         | -94.374  | -80.633  | 13.741   | -14,6%   |
| EBIT consolidado              | -94.825  | -26.475  | 68.350   | -72,1%   |
| Indemniz. Redução pessoal     | -20.315  | -5.044   | 15.271   | -75,2%   |
| EBIT cons. antes Indemniz     | -74.510  | -21.431  | 53.079   | -71,2%   |
| Imparidade de dívidas         | -2.209   | 38.469   | 40.678   | -1841,5% |
| EBIT cons. antes Indem e Imp. | -72.301  | -59.900  | 12.401   | -17,2%   |
| Rendim. Financeiros           | 11.649   | 8.165    | -3.484   | -29,9%   |
| Gastos Financeiros            | -193.201 | -201.040 | -7.839   | 4,1%     |
| Variação Justo Valor          | -12.608  | -3.768   | 8.840    | -70,1%   |

- c) Enquanto o resultado do exercício é ainda fortemente negativo pelo impacto da estrutura financeira e dos investimentos nos gastos correntes, o EBITDA consolidado atinge um valor positivo de 54 milhões de euros (influenciado por 41 milhões de euros de reversões de imparidades). A variação do justo valor de instrumentos financeiros derivados (swaps) tem um impacto desfavorável nos resultados, embora de valor menos expressivo devido à redução da carteira que influenciou, naturalmente, o seu valor de mercado. A nível do Grupo apenas a CP detém derivados. Em 2012 venceram dois *swaps* (um com JV positivo de 419 mil euros em 31/12/2011 e outro com JV negativo de 7,8 milhões de euros na mesma data) e foi exercida em Julho de 2012, pelo banco outorgante, a opção de cancelamento de um swap com valor de aproximadamente 19 milhões de euros em 31/12/2011.
- d) Admitindo a impossibilidade da Empresa solver integralmente o seu passivo financeiro, o indicador chave de sustentabilidade que sobressai é a evolução do EBIT consolidado, antes dos gastos excepcionais relativos a indemnizações por rescisão por mútuo acordo de contratos individuais de trabalho, que apesar de melhoria significativa, comparativamente ao ano anterior, continua ainda bastante negativo.
- e) Nos gastos de funcionamento consolidados destaca-se a diminuição de 23,8 milhões de euros (-16%,1) nos Gastos com o pessoal sem indemnizações. A rubrica Fornecimentos e serviços externos registou uma redução mais moderada de apenas 5,3 milhões de euros (-3,3%), a qual foi negativamente influenciada pelos aumentos tarifários da utilização da infraestrutura e da energia acima referidos.
- f) O passivo consolidado da CP atinge 4,3 mil milhões de euros e o capital próprio consolidado é negativo em cerca de 3,2 mil milhões de euros. O



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

valor total de empréstimos atinge 3,8 mil milhões de euros, dos quais cerca de 1,5 mil milhões de euros com maturidade inferior a 1 ano (1.347 mil euros de empréstimos bancários, 15 milhões de euros de descobertos bancários, 163 milhões de euros de outros financiadores).

#### IV – CUMPRIMENTO DOS PBG E DE ORIENTAÇÕES PARA O SEE

1. Considerando o disposto no ponto 17 da RCM 49/2007 procedemos ainda a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na CP. Em matéria de divulgação de informação é igualmente analisado o cumprimento da obrigação prevista no artigo 13.º-B do Decreto-Lei 558/99, de 17/12, aditado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei 300/2007, de 23/8. O Relatório e Contas de 2012 integra um capítulo autónomo sobre o “Governo da Sociedade”, onde são apresentados os aspetos mais relevantes relacionados com este tema, dando, assim, cumprimento aos deveres de informação previstos na legislação aplicável.
2. Na ausência de administradores não executivos e de conselho geral e de supervisão, compete aos membros do órgão de fiscalização emitir anualmente um relatório de avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, conforme determina a RCM nº. 49/2007, de 28/3, ponto 17

A avaliação do desempenho individual dos administradores executivos, nos termos previstos na citada RCM, subentende a celebração de contratos de gestão com cada um dos gestores, considerando o disposto no artigo 18º do Estatuto do Gestor Público (EGP), aprovado pelo Decreto-Lei nº 71/2007, de 27 de Março e alterado pelo artigo 2.º do Decreto-Lei nº. 8/2012, de 18 de Janeiro. Acontece, porém, que não foram celebrados contratos de gestão ou fixados objectivos de gestão para o exercício de 2012, o que nos impossibilita de efectuar essa avaliação.

Assim sendo, iremos então efectuar uma apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na Empresa, bem como do cumprimento dos princípios de bom governo (PBG) estabelecidos pela RCM 49/2007, dos deveres de divulgação de informação e de orientações para o SEE.

O Relatório e Contas de 2012 da CP integra um capítulo próprio sobre o tema “Governo da Sociedade”, onde são apresentados os aspectos mais relevantes relacionados com este tema.

3. Da apreciação efetuada e seguindo a ordem exposta na RCM 49/2007, destacamos alguns aspectos relativamente à aplicação dos princípios aí consagrados.

#### **A) Missão, objetivos e princípios gerais de atuação**

A CP cumpre a sua missão estatutária e os objectivos estratégicos fixados, com respeito pelos princípios éticos e de responsabilidades social, desenvolvimento sustentável e de serviço público na satisfação das necessidades da colectividade.

A missão, os objectivos e as políticas encontram-se enunciados e são divulgados nos relatórios anuais de gestão e nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF-SEE / MF.

Elabora anualmente planos de actividades e orçamentos inseridos nos instrumentos de gestão previsionais, os quais são submetidos às tutelas.

A Empresa informa adequadamente as tutelas e o público em geral sobre o modo como foi prosseguida a sua actividade, o grau de cumprimento dos seus objectivos, divulga o seu relatório de sustentabilidade e aplica a todos os colaboradores e entidades que com ela se relacionam um código de ética e de conduta. Promove igualmente a valorização profissional dos trabalhadores através de programas de formação.

Adopta os procedimentos legais aplicáveis e os referidos no seu Regulamento de Compras e nas Condições Gerais de Aquisição de Bens e Serviços e integra no relatório anual de gestão uma relação dos fornecedores de bens e serviços a com facturação superior a 5% do total dos fornecimentos e serviços externos.

Divulga também a legislação e os regulamentos que lhe são aplicáveis, evidenciando os aspetos mais relevantes, nomeadamente, do cumprimento das orientações legais a diversos níveis.



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

Apesar da evolução bastante positiva do EBITDA, não foi possível alcançar o valor previsto nem reduzir o nível de endividamento, devido a condicionalismos resultantes da quebra acentuada da procura, ao aumento das tarifas de utilização da infraestrutura ferroviária e de energia elétrica e ao elevado montante de juros suportados. Por outro lado, o prazo médio de pagamento aumentou significativamente, passando de 79 dias no 4º. Trimestre de 2011 para 123 dias no último trimestre de 2012 (de 56 para 68 dias se excluirmos dívida à REFER), conforme quadro demonstrativo constante do relatório do governo da sociedade.

## **B) Estruturas de administração e fiscalização**

A CP foi transformada em Entidade Pública Empresarial pelo Decreto-Lei nº. 137-A/2009, de 12/6, o qual aprova os novos estatutos, conferindo uma renovada estrutura de administração e fiscalização.

As funções exercidas por cada um dos membros administradores constam do relatório anual de 2012, assim como os elementos curriculares de cada um dos membros dos órgãos de gestão e de fiscalização.

Na ausência de membros não executivos do CA ou de conselho geral ou outros órgãos com funções específicas de supervisão, cabe ao órgão de fiscalização efectuar a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como a apreciação global das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor na empresa.

As contas da CP têm sido objeto de auditoria por uma entidade externa independente e de certificação legal pelo membro ROC da Comissão de Fiscalização. O sistema de controlo interno existente é de um modo geral adequado.

## **C) Remuneração e outros direitos – Aplicação da Lei 64-B/2011**

As remunerações totais, variáveis e fixas, auferidas, em cada ano, por cada administrador e membro da CF, incluindo os honorários dos trabalhos executados pela Sociedade Revisora Oficial de Contas são divulgados anualmente no relatório e contas e no sítio electrónico institucional da DGTF – SEE / MF.

Foi aplicada a redução remuneratória prevista na Lei 64-B/2011, tendo igualmente essa disposição sido estendida a contratos de aquisição de serviços ao abrigo e nos termos da citada Lei, bem como outras medidas de redução de gastos operacionais. Apesar do EBITDA ser agora francamente positivo, o EBIT continua ainda bastante negativo.

#### **D) Prevenção de conflitos de interesse**

Existem normas de conduta estabelecidas em matéria de conflito de interesses, não tendo a CF conhecimento da respectiva prevaricação pelos membros dos órgãos sociais da Empresa.

#### **E) Divulgação de informação relevante**

É adoptada uma conduta de transparência e de prestação satisfatória de informação útil ao utente do transporte público ferroviário, ao mercado e ao público em geral.

#### **F) Princípios relativos à divulgação de informação**

As informações que nos termos dos princípios de bom governo devam ser divulgadas ao público estão disponíveis nos sítios electrónicos institucionais da Empresa e da DGTF – SEE / MF.

O sítio electrónico da Empresa disponibiliza abundante informação relevante e actualizada sobre a sua missão e actividade, de acesso livre e gratuito.

Os instrumentos de prestação de contas relativos ao exercício de 2012 integram relatório sobre governo da sociedade e informação sobre a sustentabilidade económica, social e ambiental, bem como uma avaliação sobre o grau de cumprimento dos presentes princípios de bom governo.

#### **G) Declaração**

Finalmente, declaramos que, tanto quanto é do nosso conhecimento, atuando na qualidade e no âmbito das funções que nos estão atribuídas e com base na informação que nos foi disponibilizada, os documentos de prestação de



COMBOIOS DE PORTUGAL, E.P.E.

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

contas acima mencionados foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da posição financeira e do rendimento integral da CP – Comboios de Portugal, E.P.E e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que os relatórios de gestão, individuais e consolidados, relativos ao exercício de 2012 expõem fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da CP, EPE e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo igualmente uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

#### V – PARECER

Atento ao exposto, a CF é de favorável à aprovação dos os e Contas individuais e consolidados da CP, EPE referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, com as ênfases expressas nas respetivas certificações legais das contas individuais e consolidadas, bem como da proposta de aplicação de resultados formulada pelo CA.

A CF regista com apreço a colaboração prestada pelo CA, pelos responsáveis dos diferentes Serviços e pelos demais trabalhadores da CP.

Lisboa, 30 de Abril de 2013

**A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO**

Dr. Issuf Ahmad, Presidente

Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,  
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"